

O Embrutecimento do Indivíduo e a Inviabilização do Ser: Disputas pela Modernidade Argentina (1955- 1973)

Alexandra Dias Ferraz Tedesco *

Resumo

A proposta deste artigo consiste em, a partir da constatação de que a crítica ao governo peronista (1945 – 1955) ultrapassa a negação do regime em si, dimensionar o impacto e a viabilidade da perspectiva crítica nas tensões que emergiram com o debate em torno do fim do regime de Perón. A proposta de incorporação das massas elaborada pelo peronismo se chocava, em larga medida, com o projeto de iluminação e emancipação pensado pelas classes ilustradas que predominavam, até então, no debate público. A emergência de uma teoria da práxis, sincrética à própria concepção de modernidade implícita no peronismo, força o campo intelectual argentino a repensar-se e, dessa forma, formular novos referenciais emancipatórios a partir da crítica à sociedade instrumental. Todavia, muito embora a repercussão dessa crítica tenha sido ampla e diversificada, cabe considerar as tensões inerentes a esse projeto, na medida em que não se tratavam de posturas lineares e monolíticas, e sim da emergência de um campo complexo de debates e tensões, que trouxe em seu bojo a complexificação do debate sobre a modernidade naquele país. Propomos, dessa forma, um esforço de síntese em torno do panorama de complexidade descrito acima. *Palavras-chave: Teoria crítica, Modernidade, Argentina, Peronismo, Intelectuais.*

Resumen

El Embrutecimiento del Individuo y la Inviabilización del Ser: Disputas por la Modernidad Argentina (1955-1973) - La propuesta del presente artículo consiste en, partiendo de la constatación de que la crítica al gobierno peronista (1945-1955) ultrapasa la negación del régimen en sí, dimensionar el impacto y la viabilidad de las perspectivas críticas en las tensiones que emergieron con el debate en torno del fin del régimen de Perón. La propuesta de la incorporación de las masas elaborada por el peronismo se chocaba, en definitiva, con el proyecto de iluminación y emancipación pensado por las clases ilustradas que predominaban, hasta entonces, en el debate público. La emergencia de una teoría de la praxis, sincrética a la propia concepción de modernidad en la que se basaba el peronismo, fuerza el campo intelectual argentino a pensar a sí mismo y, así, formular nuevos referenciales de emancipación a partir de la crítica a la sociedad instrumental. Todavía, aunque la repercusión de esa crítica tenga sido amplia y diversificada, hay que considerar las tensiones inherentes a ese proyecto, puesto no se trataban de posturas lineares o monolíticas, sino de la emergencia de un campo complejo de debates y tensiones, que ha producido la complejización de los debates acerca de la modernidad en aquel país. Se propone, así, un esfuerzo de síntesis respecto del panorama de complejidad delineado arriba. *Palabras clave: Teoría crítica, Modernidad, Argentina, Peronismo, Intelectuales.*

Abstract

The Brutalization of the Individual and the Impracticability of the Being: The Argentine Disputes for Modernity (1955-1973) - The purpose of this article consists in, from the fact that the critique of Peronism beyond the denial of the regime itself, measure the impact and viability of critical perspective on the tensions that emerged from the discussion around the end of the Peron regime. The merger proposal drawn up by the masses clashed Peronism, largely with the project of emancipation and enlightenment thought the educated classes that prevailed until then, the public debate. The emergence of a theory of praxis, the syncretic own conception of modernity implicit in Peronism, the intellectual force Argentina to rethink and, therefore, to formulate new standards from the emancipatory critique of society instrumental. However, although the impact of this criticism has been wide and varied, it is considered the tensions inherent in this project, as it is not dealt with attitudes linear and monolithic, but the emergence of a complex field of debates and tensions that brought in its wake the complexity of the debate about modernity in that country. We propose an effort of synthesis around the panorama of complexity described above. *Keywords: Critical theory, Modernity, Argentina, Peronism, Intellectuals.*

*Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP. alexandra.tedesco@gmail.com

Para que possamos dimensionar e tipificar os embates travados pelos intelectuais argentinos após a queda do peronismo, equacionando as tensões e as disputas pela conquista simbólica da modernidade tal qual se deu naquele país, é preciso que consideremos que os processos argentinos e latino-americanos de forma geral, embora tenham conotações sumamente específicas, estão inseridos num processo mais amplo, que fissa o mundo ocidental desde o século XVI. Sumariamente, o projeto iluminista de racionalização, dominação da natureza e secularização das relações sociais iniciado no século XVI foi, via de regra, interpretado pelas visões mais tradicionais como a definitiva batalha que os ocidentais travaram em nome do domínio da razão, da superação da escolástica e do fatalismo cristão em que se balizavam a maior parte das esferas da atividade cultural durante os séculos anteriores.

A proposta de libertar o homem do medo, historicizando sua ação e identificando novas relações entre sujeito e objeto está presente, em certo sentido, de Descartes à Marx, passando por Hegel, Kant, Rousseau e toda a tradição que se desenvolveu a partir das tensões advindas, no XIX, do processo de modernização das relações sociais, econômicas e políticas típicas da modernidade. Tradicionalmente, portanto, a partir de uma cronologia de reflexões nesse sentido, o século XVIII e o XIX, respectivamente, inseriram e deram vazão à novas categorias políticas e sociais que transformaram por completo a sociedade moderna. Dentre as principais podemos destacar as mudanças na organização do trabalho, os ecos políticos de 1789 que desnaturalizavam abruptamente as certezas monárquicas e a acumulação de moeda proporcionada pelas investidas marítimas ibéricas que forneceram o substrato material para essa nova visão do moderno: a revolução industrial inglesa.

Esse amplo processo de resignificação do mundo foi historicamente pensado a partir de um referencial de superação, a partir de um esforço por construir uma nova sociedade que se contrapusesse à obscuridade medieval. Como salienta Harvey (2007) o século XIX vivenciou a experiência de encontrar vínculos com a tradição num contexto onde a transformação das práticas espaciais e temporais implicavam num conflito de identidades e numa perda drástica do sentido de continuidade histórica. O fato é que essa busca pelo moderno, pelo esclarecimento, não constituiu um processo linear, e as interpretações sobre a modernidade e as novas configurações sociais foram, por sua vez, bastante polares. A partir de 1848, surge, no seio da intelectualidade ocidental (notadamente a partir da tradição hegeliano-marxista), o questionamento a respeito da desejabilidade de um mundo baseado na razão e em uma ideia de progresso bastante unilateral, a ideia de modernidade como superação do passado e construção de um mundo mais aberto, mais humanizado e, em última instância, melhor, passou a sofrer duras críticas.

É, portanto, a partir do século XIX que podemos diagnosticar, com mais frequência, o surgimento de uma tendência crítica da modernidade. Se a negação do mundo das trevas, da obscuridade religiosa e da simbologia monár-

quica não foi capaz de fazer surgir um mundo mais justo, mais humanizado e, em última instância, melhor, o próprio cerne do projeto do esclarecimento passa a ser questionado.

O surgimento dessa visão crítica foi capaz de criar possibilidades de pensamento híbrido, muitos delas voltados, inclusive, para a própria relevância das “margens” e das fronteiras, sejam elas naturais, sociais ou culturais. Dessa forma, pensar a modernidade deixa de ser pensar apenas o núcleo específico da Europa ocidental, e passa a ser também pensar aquelas regiões que tem por característica determinante justamente o fato de se incorporarem ao capitalismo, como Nações, já sob o paradigma da modernidade. Nesse sentido, surge o interesse em proceder a um esforço de síntese que tenha em mente o modo como essas tensões do moderno se dão na Argentina e, mais especificamente, o interesse em pensar o desenvolvimento do peronismo, já que ele marca, de muitas formas, a cristalização mesma dessa ideia da modernidade argentina, ainda que, claramente, o processo em si tenha se iniciado muito antes dele.

É portanto a partir desse contexto de disputas, fissuras e contradições em torno da interpretação do moderno que podemos pensar a Argentina do século XX a partir de seus próprios embates. Muito embora a maioria dos intérpretes da modernidade tenha por referência o contexto europeu, é a partir da prerrogativa arendtiana do “apequenamento do mundo” na modernidade que pretendemos, nesse texto, analisar de que forma as disputas pela modernidade se projetaram na Argentina, sem desconsiderar as peculiaridades e, sobretudo, o ritmo das mudanças e contradições do mundo industrial. Trata-se, nesse sentido, de encontrar problemáticas compartilhadas. Como salienta Mitre

A preocupação com fenômenos tais como a atomização da vida social, a vulgarização da cultura, o surgimento do homem medíocre e outros ligados a contextos de massificação não foi obra de mentes predispostas a imitar modas intelectuais, mas despontou como resposta aos desafios que o aluvião migratório propunha à sociedade, forçando-a a repensar-se em seu conjunto (MITRE, 2003, p. 119)

O que nos parece importante antes de iniciar propriamente a contextualização dos embates argentinos é ressaltar que a concepção de que um dos elementos mais danosos do processo moderno seria a emergência de novos setores sociais à esfera política, social e cultural (fenômeno descrito por Ortega y Gasset em *A Rebelião das Massas*) é um determinante comum entre as reflexões dos dois continentes. Seguindo a análise de Zygmunt Bauman, perscrutador da perda do monopólio da palavra pelos intelectuais, vemos surgindo, em meados do XIX, um horizonte mais complexo, onde a emergência de novas plataformas de enunciação da verdade passam a significar a perda da garantia de hegemonia dos intelectuais. A ideia de que as massas são elementos sobretudo pejorativos, decadentes e patológicos, possui vinculações teóricas múltiplas, perpassa uma

enormidade de teóricos não só europeus, como também latino-americanos e argentinos, especificamente[1]. Nesse sentido localizamos a crítica da elite liberal de Buenos Aires ao peronismo e aos seus desdobramentos posteriores (foco dessa análise) como uma reação à sensação de horror e estupor da elite vernácula diante de experiências como abarrotamento de Buenos Aires e a formação de um proletariado mobilizado politicamente. O tempo do flaneur benjaminiano também se encontra ameaçado na Buenos Aires do início do século XX, assim como em Paris ou em Madri.

Para Kumar (2006), as tentativas de crítica aos efeitos da incorporação das massas não constituem exatamente uma rejeição à ideia do moderno, mas sim uma resposta crítica às suas principais questões, e é nesse sentido que pretendemos mapear as disputas pelo sentido da modernidade argentina que emergiram com o fim do primeiro peronismo, através de uma perspectiva que leve em conta as reflexões de Adorno e Horkheimer quanto à questão do ofuscamento do indivíduo que permeia as reflexões sobre a racionalidade instrumental, a indústria cultural e o potencial de auto-solapamento da própria noção de esclarecimento.

As interpretações sobre a sociedade de massa que formularam os setores letrados argentinos no momento do peronismo estiveram conectadas à percepção de “perigo para uma humanidade da qual as massas não fazem parte”, como pontua Ismael Saz. Para o autor, inclusive,

Hobsbawm como Arendt, Ortega como Lenin. Todos parecem coincidir em seu afã de considerar as massas como menores de idade, protagonistas diretas e indiretas de tudo aquilo que não ocorre ou não ocorreu como deveria” (SAZ in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 71).

Quando da queda do peronismo, em 1955, grande parte dessa intelectualidade se viu diante da tarefa de reinterpretar o regime, ressignificando práticas e lutando contra antigas dicotomias fundacionais da interpretação argentina. Protagonistas desse esforço, os integrantes da nascente Escola Sociológica Argentina (notadamente Gino Germani e Torquato di Tella), formularam novas interpretações do ocorrido, buscando recriar a experiência da modernidade na Argentina a partir da crítica ao peronismo, que consideravam, acima de tudo, um grande teatro, uma grande cooptação de setores política e culturalmente inexperientes. A partir dessa disputa podemos compreender que o eixo que une a experiência dos conflitos pelo poder, das novas esferas de mediação política e da renovada função dos homens de letras na modernidade é a pluralização das possibilidades políticas e culturais e, ao mesmo tempo, uma visão crítica da ideia de que a Razão seria suficiente para resguardar um lugar à alta cultura num mundo tão plural, complexo e permeado por fissuras de ordem social, política e cultural. Esse desconforto diante da razão instrumental, tão bem retratado por Walter Benjamin, constitui o pano de fundo das reflexões de grande parte dos intelectuais argentinos das décadas de

1950 à 1970, e é a partir dessas inquietações comuns que se torna possível estabelecer uma relação histórica entre a experiência argentina e a experiência ocidental.

O peronismo é um dos temas mais recorrentes na historiografia argentina. Para Federico Neiburg, entender o peronismo significou, durante muito tempo, entender a Argentina. Dentro dessa temática, o núcleo central das discussões historiográficas girou, durante longo período, em torno da adesão dos sindicatos e organizações operárias ao projeto peronista, numa atitude supostamente “ambígua”[2].

A imensa maioria dos estudos até a década de 1980 foi sumamente influenciada, nesse sentido, pelos estudos do sociólogo Gino Germani e pelo instituto Torquato di Tella. Para Germani, e para seus posteriores defensores, a América Latina teria fracassado terminantemente nas tentativas de integração política e desse preciso contexto surgiriam os movimentos “nacional-populares”, na medida em que as classes populares, não tendo canais de participação política efetiva, ficavam numa espécie de limbo a espera de um líder capaz de operacionalizar suas demandas, como Perón[3]. A proposta analítica de Germani, baseada na ideia de disponibilidade da classe operária, parecia dar conta de explicar não somente o peronismo, mas também a anterior ascensão de Yrigoyen e a própria queda desses regimes, conferindo uma espécie de racionalidade estrutural ao processo de incorporação das massas na política argentina, na medida em que qualificava o momento de “rompante” peronista como reflexo de uma crise sistêmica proporcionada pela coexistência de formas sociais de diferentes épocas num mesmo contexto histórico[4].

Posteriormente, com o desenvolvimento de pesquisas conceituais acerca do populismo e da retomada da possibilidade de análise do fenômeno político como categoria relativamente autônoma[5] – a partir da década de 1980 –, a tese de Germani passa a ser preterida na análise de fenômenos como o peronista.

Francisco Panizza (2009), em sua introdução à obra coletiva *El populismo como espejo de la democracia*, nos auxilia a compreender que, embora o termo populista tenha sido interpretado sob diversos pontos de vista e que resulta redundante alertar para a multiplicidade de pontos de vista e discordâncias, o termo “se tornou uma atribuição analítica, mais que um termo com o qual a maioria dos atores políticos se identificaria com gosto” (PANIZZA, 2009, p.09)[6]. Assim, delimitamos um núcleo analítico possível de ser rastreado a partir de 3 perspectivas principais: as que compreendem o populismo a partir de generalizações empíricas, listando pontos em comum de regimes e formas políticas visivelmente díspares, aquelas em que o populismo é interpretado a partir de uma perspectiva historicista, vinculando o conceito à um determinado contexto histórico[7] e aquelas que, por outro lado, compreendem o populismo como um discurso simplificador do espaço político, baseado no antagonismo entre o povo e os outros.

O também argentino Ernesto Laclau, pontua, nesse sentido, que o populismo não é uma anomalia, como queria

Germani. Recuando a análise dos movimentos populistas às primeiras manifestações de psicologia das massas, no século XIX, os estudos influenciados nesse sentido inseriam a categoria de “povo” num espaço próprio, que processa a realidade externa e não deixa, por isso, de construir seus espaços de sociabilidade e relação particularizada com a política.

Panizza nos lembra, ainda, que intérpretes clássicos do populismo como Canovan, Worsley e o próprio Laclau, concordam em que a construção de identidades populares é central no populismo. Como não pretendemos, nesse momento, elaborar uma discussão profunda que abarque todas as interpretações do populismo, que não são poucas, nos centraremos na perspectiva que insere esse conceito e essa prática numa dicotomização do espaço político, num processo de redefinição das fronteiras sociais e num conjunto de descontentamentos cristalizado politicamente em uma conjuntura de crise.

Embora as interpretações sejam múltiplas e definidoras do campo intelectual argentino, o fato é que o peronismo como radicalização de demandas políticas e sociais que remetiam à própria institucionalização argentina (ainda em meados do século XIX), causou profundo impacto nas relações sociais e culturais do país, polarizando teóricos e fazendo emergir um vigoroso debate sobre as formas da modernidade argentina.

O coronel Perón sobe ao poder na Argentina a partir de um golpe militar patrocinado por setores do nacionalismo radical corporificados na GOU (Grupo dos Oficiais Argentinos), em 1943[8]. Todavia, seu ascenso ao posto máximo não é imediato. Durante dois anos, entre 1943 e 1945, a junta militar golpista enfrentou sérios problemas administrativos e de legitimação política. Os liberais argentinos, filiados a uma histórica defesa da propriedade ganadeira e dos privilégios aristocráticos da classe proprietária, resistiram à proposta nacionalista dos golpistas, e alimentaram uma vigorosa campanha de deslegitimação dos militares. Durante esse período, Perón acumulava os cargos de vice-presidente, Ministro da Justiça e Secretário do Trabalho e Previdência Social, órgão a partir do qual forjou um amplo apoio à causa nacionalista, tendo sido eleito em 1945 em detrimento das pressões das elites exportadoras de carne que, desde já, se mantinham desconfiadas em relação à orientação popular do regime.

O surgimento da proposta peronista, portanto, se relaciona com a necessidade de integrar politicamente a grande massa de imigrantes e migrantes rurais que se acumulavam na periferia das grandes cidades, por meio da unificação em torno de objetivos e símbolos políticos comuns[9]. O grupo social com o qual Perón antagoniza é justamente essa oligarquia, excluída de sua retórica obreirista. Com sua política deliberada de incorporação de tipos sociais e a transferência da ênfase de apoio estatal do campo para a indústria, Perón localiza sua base social de apoio na pequena e média burguesia, no exército, e nos sindicatos, fortalecendo o antagonismo político entre o pueblo e os outros.

Nesse sentido, Jorge Sábato identifica, na compreen-

são da dinâmica do campo argentino, um impasse teórico. Este dilema residiria em que a oligarquia argentina teria um caráter mais financeiro, como classe, do que produtivo, o que é mais um motivo para rejeitarmos as interpretações automáticas, e pensarmos a compreensão desse grupo social de forma articulada e dinâmica, para, posteriormente, compreendermos sua ação e suas posturas liberais diante do projeto peronista. Segundo Sábato[10], “(...) junto à questão da terra, as autoridades comerciais e financeiras constituem a chave da consolidação e comportamento da classe dominante na Argentina” (SABATO, 1991, p. 39). Trata-se da emergência da modernidade capitalista a partir de estruturas pontuais da velha ordem, num movimento de pressão das classes subalternas em relação à ampliação das fronteiras política, diante da qual as classes dominantes se organizam para conduzir pacificamente o processo, sem rompimentos e fissuras graves no bloco de poder. Nesse mesmo sentido, Laclau (2005) dá destaque para a forma com a qual o peronismo associou o liberalismo aos interesses sórdidos da oligarquia, driblando politicamente o fato de que as ideologias de classes não constituem fatores herméticos. Em suas palavras, o movimento liderado pelo coronel Perón

consistiu, essencialmente, em permitir a subsistência de várias elites que baseavam seu apoio ao regime em projetos articulatórios antagônicos, e na afirmação do poder do estado como força mediadora entre eles (LACLAU, 2005, p. 203).

Trata-se de um processo de modernização definido mundialmente, e nisso reside seu interesse para a compreensão das formas políticas modernizantes. No caso argentino, a resposta à essa modernização vem carregada de uma perene desconfiança e temor por parte da elite letrada argentina, e é expressa através de uma vasta gama de intelectuais formados na escola do liberalismo cosmopolita – esse processo de resistência é radicalizado em Buenos Aires, dada a centralidade da capital como contexto da modernização e cenário da maior parte dos debates públicos. Partindo da assertiva de que analisar as formas e o alcance dessa resposta da elite ao advento da cultura de massas em termos de “a oligarquia pensa dessa forma” ou “a burguesia toma determinada postura” é pressupor a existência de uma espécie de consciência coletiva inexistente, questionamos assim o automatismo que engessa a análise desses grupos em termos de correspondência mecânica entre a posição socioeconômica de determinados setores da elite e sua expressão nos campos político e cultural. Assim, a partir da proposta metodológica de Raymond Williams (2000), procuramos substituir a idéia de reflexo superestrutural pela idéia de mediações políticas, alcançando assim o sentido político da lógica social subjacente aos debates em torno do peronismo.

Para Mafud, o ponto nevrálgico da proposta peronista, que mais aguçou a crítica dos liberais, foi precisamente a ausência de uma teoria, e a substituição da reflexão conceitual por um paradigma de ação, ou, nas próprias

palavras de Perón, de doutrina. Através dos órgãos do Partido Peronista, foi divulgada uma proposta homogeneizadora, o que acabava por compelir a elite intelectual a uma posição abjeta dentro do campo de debate público, sendo sempre associada ao que de mais pernicioso havia se passado na história do país. Objetivamente, as medidas do governo peronista se direcionavam a aspectos sociais pungentes: como o estatuto do peão e uma série de leis trabalhistas. Todavia, como destaca Donghi, essa dicotomia entre Perón e as classes altas deve ser relativizada, na medida em que não se tratam de posturas monolíticas.

Ainda assim, se observarmos algumas das postulações de Perón, e pensarmos na interferência peronista nas Universidades e institutos de pesquisa de forma geral, podemos compreender o ponto de partida da crítica ao peronismo. Em seu “A força é o direito das bestas” Perón clarifica sua doutrina política, alegando que “assim como não podemos conceber um homem sem alma, é inconcebível um povo sem doutrina” (PERON, 1956, p. 21). Segundo sua exposição, o individualismo e o direito à existência privada, tão caro aos seus opositores, consistia numa espécie de “bestialidade ancestral”, que deveria ser destruída em nome da coletividade organizada sob a razão de direito. Em sua escala de valores, o indivíduo só aparece depois da Pátria e do Partido, o que parecia, aos intelectuais vinculados ao liberalismo republicano, uma verdadeira afronta à viabilidade do indivíduo naquela sociedade.

Perón, ainda em sua exposição doutrinária, alerta para o fato de que as massas são perigosas quando são inorgânicas, quando estão ainda sob forma de ‘multidão’. A saída para essa situação, contudo, constituía a prática política por excelência de sua gestão: a homogeneização através da filiação ao partido peronista, posição essa que exasperava intelectuais como Borges e Victoria Ocampo. Em “Conducción Política”, Perón escreve que

es muy difícil conducir una masa que no está preparada; y esa preocupación es de dos ordenes: una preparación moral para que sientan el deseo y la necesidad de ser conducida, y otra intelectual, para que sepa ser conducida y ponga de su parte lo que necesita para que la conducción sea más perfecta. (PERON, 1971, p. 25).

A ideia, portanto, de criar uma homogeneidade moral especificamente argentina e, a partir dessa base, desenvolver uma identidade nacional baseada na dicotomia entre trabalhadores e parasitas, foi interpretada, pela maioria dos homens de letras argentinos, como uma perniciosa manobra no sentido de eliminar as possibilidades de existência autônoma a partir da instauração e naturalização de uma racionalidade específica: obreirista, nacionalista e empirista.

Todo esse arcabouço de ideias, prontamente convertido em doutrina, acaba gerando, quando da queda de Perón em 1955, uma série de questões em aberto para os intérpretes daquele contexto. Diante da comemoração exacerbada de nomes como Ocampo e Borges, outras vezes

surgiram no debate institucional argentino. Nesse sentido, foi a Sociologia Científica – proposta encabeçada, na Argentina, pelo italo-argentino Gino Germani –, a vertente que tomou a iniciativa de avaliar o peronismo como objeto válido, como fato concreto, e não somente como um devaneio obscuro, como queriam os liberais mais radicais. Tem início, então, uma nova fase de redefinição de conceitos e métodos, objeto que pretendemos investigar a partir da advertência de Neiburg, quando salienta que

Trata-se de uma retórica de combate, que põe em evidência algumas dimensões das lutas de classificação, travadas não só em torno da representação do peronismo como também das diferentes posições que sustentavam os diversos pontos de vista sobre ele (NEIBURG, 2005, p. 25).

É nesse contexto que localizamos o surgimento da Escola Sociológica Argentina como emblema de um esforço de reorganização dos intelectuais do país, que buscavam agora dimensionar o ônus dos anos peronistas, buscando saídas para a formulação de um projeto político, social e cultural com eixos distintos das dicotomias peronistas. Esse esforço de “desperonização” será pautado pelo julgamento mais criterioso dos anos peronistas, e pela emergência de um grande setor de intelectuais que compreenderá o regime de Perón como um fascismo nos moldes argentinos, como a implantação mesma da racionalidade técnica no país.

Nesse exercício de reflexão se unem liberais, anarquistas, anti-fascistas etc. Duas teorias principais influenciaram, contudo, no debate: a teoria da dependência e a teoria da falência da racionalidade moderna. É a partir desse paradigma que pensamos, agora, dimensionar essa disputa pelo significado da modernidade argentina a partir dos referenciais formulados por dois dos principais teóricos do “pensamento negativo”: Max Horkheimer e Theodor Adorno. O Instituto de Investigação Social, fundado em Frankfurt, em 1923, foi um dos centros aglutinadores de uma vertente específica do marxismo, que procurava, a partir de conceitos como reificação e alienação, trilhar um caminho heterodoxo, diante dos influxos totalitários do chamado “socialismo real”. A constatação de que o esclarecimento, ou o iluminismo *stritu sensu*, acabaram por criar novas encruzilhadas para o homem moderno, norteou uma busca pela averiguação crítica e dialética das hecatombes pelas quais a sociedade ocidental passava nas primeiras décadas do século XX. Adorno e Horkheimer mapearam, a partir das pesquisas vinculadas ao Instituto, a problemática da dialética negativa, a crítica da razão instrumental e a inviabilização do Ser na sociedade norteadada pela indústria cultural. Se antes, como apontado, Freud dizia que o mundo da razão suprimia o mundo do prazer, gerando um mal estar profundo na civilização, agora Marcuse, leitor atento do psicanalista, nos diz que o princípio do prazer finalmente absorveu o princípio da racionalidade.

A fórmula aristocrática, que sempre havia resguardado em seu bojo um lugar para os intelectuais, está agora, se

não suprimida, aparentemente debilitada pela inserção de novos setores no campo da política: a cultura da multidão, ao pôr em cheque o monopólio da palavra de que gozavam os homens de letras, provoca uma reação crítica por parte desses setores, baseada essencialmente em uma profunda negação dos aspectos totalitários que identificam na modernidade.

Diante desse processo, em que os intelectuais foram apropriados de suas funções tradicionais de gerência, como alerta Bauman, a elite letrada arma sua trincheira crítica, e tenta recuperar suas prerrogativas culturalistas, defendendo fortemente a plataforma estética[11]. A raiz do desconforto da elite letrada europeia provém de um anacronismo funcional: os analistas e intérpretes não desempenham mais seu papel tradicional, na medida em que a cultura deixou a esfera dos círculos herméticos dos intelectuais e passou a integrar o repertório político da integração social. O mercado se tornou, em suma, a instância de consagração da sociedade de massas.

Nesse contexto, portanto, de emergência das massas na política, e de sua mobilização perniciosa pela proposta fascista e pela indústria cultural, a proposta crítica dos teóricos frankfurtianos buscava realocar a ideia de emancipação, de libertação. Esse talvez seja o elo possível entre os dilemas expostos por Adorno e Horkheimer e as disputas pela modernidade latino-americanas.

O pensamento crítico circulou e foi mais influente, mesmo por conta de seu escopo de análise, nas sociedades industrializadas, notadamente na Alemanha e nos Estados Unidos. Durante a década de 1960 e 1970, a emergência de movimentos sociais de grande porte – cujo mais representativo talvez seja o paradigmático “maio de 1968” – contribuíram para a penetração da teoria crítica nas Universidades desses países. Ao mesmo tempo, as referidas meditações sobre o início do processo da modernidade na América Latina faziam com que o debate se centrasse menos do campo teórico e mais na necessidade de encontrar caminhos para essas sociedades.

Na América Latina, como se sabe, a década de 1960 e 1970 é marcada por ditaduras violentas e por um amplo processo de cerceamento das liberdades civis. Além disso, como foi o caso do Uruguai e da Argentina, propostas liberais tornaram-se hegemônicas a partir das pressões dos Estados Unidos diante da Guerra Fria. Assim, a realidade politicamente confusa dos países do continente, requeria uma espécie de projeto teórico distinto dos europeus e norte-americanos. Para Hopenhayn, enquanto a teoria crítica norteava os debates nos países mais desenvolvidos

En América Latina, em la misma época y por el propio estadio de desarrollo, los modelos teóricos más susceptibles de convertirse en plataforma de movilizaciones sociales provenían de un marxismo menos heterodoxo, un dependentismo formulado desde y para América Latina y un desarrollismo que poco tenía que ver con la sensibilidad del pensamiento negativo (HOPENHAYN, 1995, p.141).

Como podemos inferir a partir dos embates argentinos, al-

gumas pautas, contudo, se colocavam de forma bastante pungente, e guardavam relação íntima com o diagnóstico de que a sociedade capitalista e o desenvolvimento da indústria cultural haviam criado uma sociedade homogeneizada, onde o Ser estava inviabilizado por uma retórica populista de grande porte. Assim, os tópicos frankfurtianos que penetraram nos debates latinoamericanos e argentinos especificamente, na década de 1960, dizem mais respeito ao debate sobre a periculosidade da indústria cultural, sendo o debate metodológico e dialético prescindido em nome das teorizações em torno da ideia de dependência, que permeava os debates na maioria das instituições, como na citada Escola Sociológica Argentina.

Nesse momento, é importante também dimensionar o impacto do que se convencionou chamar Escola de Frankfurt nos embates argentinos. Ao mesmo tempo em que a ideia de uma teoria crítica baseada na imaginação teórica e crítica, sobretudo à indústria cultural, se fazia presente nos círculos universitários argentinos, a própria Sociologia Científica, através de seus jogos de prestígio, também lida com um arcabouço teórico bastante conectado à Escola de Chicago[12].

Assim, se por um lado é possível afirmar que não houve um projeto teórico consistente e propositivo na América Latina e na Argentina a partir dos referenciais frankfurtianos, por outro lado é importante que se considere que a busca pela emancipação e por espaços de vontade coletiva são realidades também da periferia, não só do mundo industrial, embora adquiram características muito distintas. Dessa forma podemos compreender o esforço dos intelectuais argentinos em descortinar a mitologia peronista a partir da busca por um novo paradigma emancipatório, que pudesse ser calcado em bases que se distanciassem do caráter corporativo, nacionalista e totalitário: características que atribuíam à proposta peronista.

A modernidade europeia, de muitas maneiras, clarificou as contradições do esclarecimento, sem contudo ser capaz de construir um movimento efetivo de emancipação. A razão técnica parecia minar todas as possibilidades de crítica e o combate de Adorno e Horkheimer pelo autoconhecimento da dialética da razão esbarrará precisamente nesse caráter totalitário da razão técnica, afinal, não há nada mais desesperador que a crítica que não produz frutos. A realidade latino-americana, nesse sentido, é distinta. O processo de instauração do fordismo e da razão técnica pode ser considerado tardio, muito embora o capitalismo monopolista tenha determinado a própria formação e inserção das repúblicas latino-americanas no mundo ocidental.

No caso Argentino, a elite de Buenos Aires, estruturada desde a colônia em torno da renda alfandegária do porto de Buenos Aires, tomará em grande medida os louros da revolução de independência. O processo de criação da Argentina moderna será pautado, como alerta Botana, pela supremacia portenha, e pela hegemonia de uma classe produtora de gado vinculada ao comércio internacional e às atividades especulativas em torno desse comércio. Esse processo será também bastante forte em países como o

Uruguai, o Chile e o Brasil, onde as elites vinculadas às expectativas internacionais serão as responsáveis pela organização da economia e da sociedade até avançadas décadas do século XX.

Assim, podemos compreender a propositura de Hopenhayn de que, na América Latina, os efeitos perniciosos da implantação do capitalismo desigual, forjado sob o liberalismo inglês, constitui mesmo uma característica fundacional, o que faz com que aqui, ao contrário dos países mais desenvolvidos, os efeitos negativos da razão técnica sejam mais presentes e mais naturalizados. Segundo ele, “para America Latina (...) la exteriorización ya había sido, casi desde el comienzo, parte de su propio proceso de desarrollo” (1995, p.143). Assim, o real, o doloroso da modernidade, esteve desde sempre escancarado na dinâmica social e política do continente. Ainda segundo ele, aqui “hay visibilidad pública de la dominación” e, assim, “el pensamiento negativo está inscrito en la realidad, casi como un estigma” (1995, p.143).

A partir dessa constatação, podemos pensar o referencial da emancipação na América Latina a partir de um paradigma próprio, a partir de uma linguagem específica e de uma problemática especificamente latino-americana. O momento da emancipação, na dinâmica das lutas sociais do continente, quase sempre foi encarnado em revoluções do tipo bolivarianas, anti-capitalistas e, principalmente, anti-imperialistas. A revolução cubana, em 1959, constitui mesmo o ponto de referência da mitologia emancipatória do continente. Todavia, a partir dos efeitos do bloqueio estadunidense à ilha e às tensões no chamado “socialismo real” ao longo do século acabaram por diminuir a força simbólica dessa utopia que seria, posteriormente, na década de 1980, definitivamente soterrada pelo influxo das interpretações pós-modernas.

A Argentina, nesse contexto, aparece como o paradigma das nações latino-americanas que, durante a década de 1960, buscaram compreender a modernidade a partir de um referencial próprio, analisando os efeitos da onda populista e procurando dimensionar o papel do país no contexto internacional. Nesse sentido, podemos notar que a busca por novos referenciais de emancipação e esclarecimento vem na esteira de um processo de re-significação do moderno e, nesse sentido, a perspectiva de Adorno e Horkheimer se aproxima das críticas feitas ao peronismo e compõe, conforme salientado acima, a busca por novos espaços de emancipação.

Um dos pontos destacados pelos intelectuais argentinos críticos ao peronismo consistia precisamente na crítica ao abandono da cultura teórica, na ditadura da ação e no pragmatismo que identificavam na proposta peronista. A ideia de que o cerceamento da imaginação teórica consistia mesmo o substrato da dominação estava muito presente na interpretação de nomes como Victoria Ocampo, diretora da principal revista de oposição ao peronismo: a Sur.

Da mesma forma, a auto-reflexão e auto-crítica estavam presentes nesses discursos críticos argentinos. Para esses intérpretes, a política de modernização do peronismo, ao invés de criar realmente uma sociedade economicamente

emancipada e politicamente soberana (como bradavam os cabecitas negras) acabou por fazer a Argentina recair em uma nova espécie de barbárie: a barbárie da incorporação dos tipos sociais peronistas. A invasão das ruas e das principais avenidas e bairros de Buenos Aires por imigrantes e migrantes internos havia provocado um trauma nas elite argentinas: a experiência visual e sensível do abarrotamento de Buenos Aires e o desalojamento físico da aristocracia, levou esses teóricos a desconfiarem sistematicamente da razão técnica que Perón propunha como solução para o atraso e os problemas argentinos.

Se a meta do esclarecimento era iluminar o mundo, substituindo o medo pelo conhecimento, a instrumentalização da cultura acabou por converter meios em fins, e a transformar a ação pública em uma série de fetichizações e mitologias. Os críticos do peronismo combatiam, antes de tudo, a forma mítica de sua “condução política”, alegando para o fato de que Perón não só soterrava a legítima cultura argentina como implantava, em seu lugar, um deformado utilitarismo, que acabaria por cercear as possibilidades de inserção real da Argentina no mundo ocidental.

O ideal sistêmico da razão instrumental só compreende o uno. Precisamente essa “Sociedade do Uno”, expressa nas prerrogativas peronistas, incomodava uma elite que se via expropriada de suas antigas posições. A transformação dos proletários em cabecitas negras aparecia aos críticos como a criação artificial de uma classe social identificada com a figura de Perón e, nesse sentido, o desenvolvimento do que Adorno chamou de “igualdade repressiva” parecia explicar essa postura mais ou menos fascista do peronismo. Esse caráter totalitário da doutrina peronista, do qual ninguém pode inexoravelmente escapar, constitui o cerne mesmo do embate que será travado pelos sociólogos e intelectuais argentinos em relação ao peronismo.

A esfera da arte, atingida violentamente pelas medidas censoras do governo de Perón, também era, como pelos aportes fundamentais da teoria negativa, entendida pelos intelectuais argentinos como espaço de sobrevivência do Eu. Todavia, a indústria cultural impulsionada pelo peronismo, acabara por engendrar a ditadura do homem-médio, do homem-massa.

De muitas maneiras o ofuscamento no qual Perón havia supostamente engendrado o povo argentino, acabara por criar uma sociedade unificada, instrumental e de tendência fascista, incapaz de compreender a proposta democrática que os liberais alegavam indicar. O que se pode perceber, apesar de tratarem-se de debates bastante acalorados e implicados politicamente, é que a tentativa de pensadores como Ocampo, Germani e di Tella baseia-se na proposta de encontrar novos referenciais de emancipação para o país, que fossem capazes de sobrepujar a herança peronista, que consideravam sobretudo uma inviabilização do Ser. Além disso, no sentido em que aponta Bourdieu, essa disputa também demarca a fronteira da possibilidade de existência dos próprios intelectuais como categoria autônoma.

As ciências sociais latino-americanas, assim, se defrontaram, durante as décadas de 1960 e 1970 com o paradoxo

de pensar uma saída para a dependência econômica dos países do continente e, ao mesmo tempo, buscar uma reinterpretação das décadas anteriores, onde os influxos dos processos da modernidade se projetaram com força avassaladora em todas as esferas da vida. Não nos propomos, pelo escopo do artigo, a delinear as fronteiras do peronismo contemporâneo, tal como se projetou nos governos subsequentes à década de 1970, na medida em que o caráter não-monolítico do próprio conceito de peronismo exigiria uma abordagem extensiva e panorâmica dos governos de Menem, Nestor Kirchner e Cristina Kirchner. Contudo, observamos que de muitas formas, o debate continua posto – assistimos, não muito perplexos, a algumas permanências importantes no cenário político atual da Argentina -, e as referências de emancipação, alienação e dominação, na reflexão dos latino-americanos, parecem confluir para o diagnóstico de Hopenhayn quando este afirma que “difícil resulta hoy día establecer el límite entre la heterodoxia y el ecletismo en la practica interpretativa del cientista social latinoamericano” (1995, p. 146).

Notas

- [1] Uma das primeiras interpretações críticas da modernidade na América Latina pode ser encontrada na obra de H. Rodó, principalmente em sua obra capital, *Ariel*. Para Rodó, “a conciliação ideal do paganismo e do cristianismo, uma atitude ética que se enraíza na estética, uma concepção de democracia que exclui o utilitarismo e preserva o melhor da aristocracia do espírito” (1957, p. 198) é uma via de projeção da América Latina no contexto da modernidade em que ficam preservadas suas especificidades. Sob diversos pontos de vista, a proposta arielista será funcionalizada pela intelectualidade latino-americana na reflexão em torno dos custos do progresso técnico e da racionalidade instrumental. Para o autor uruguaio, nesse sentido, os custos do progresso técnico engendram uma realidade em que “esse gênero de servidão deve ser considerada a mais triste de todas as condenações morais” (210). O *Ariel* como herói típico do modernidade latino-americana constituiu-se numa busca pela particularidade latino-americana que, se ao mesmo tempo em que não possuía a já consolidada sabedoria e aristocracia de espírito européia, poderia, ao menos, evitar os efeitos perniciosos do progresso técnico sem limites que engendrava um caos social como o que era visto nos Estados Unidos. Desde *Ariel*, portanto, a temática das múltiplas contradições da modernidade, como a massificação das cidades por exemplo, já se encontra presente.
- [2] Algumas análises mais recentes, todavia, apontam que a adesão do operariado ao projeto peronista não foi uma atitude ambígua, na medida em que existia uma forte tradição reformista no sindicatos argentinos, aliada à inconsistência da crítica comunista diante das medidas efetivas do governo peronista. O peronismo seria, assim, o resultado de uma dinâmica social, bem mais do que um evento nefasto na história do sindicalismo argentino. Ver Murmis e Portantiero.
- [3] Tal perspectiva insere-se na proposta de análise dos conflitos latino-americanos a partir do conceito de “dualismo estrutural”. Ver Marcos Kaplan.
- [4] Tal perspectiva corresponde, segundo Sirinelli in REMOND, R. À uma tendência da historiografia pré-1970, que buscava sobremaneira sistematizar os comportamentos coletivos, deixando em segundo plano os atores individuais e as forças sociais mais heterogêneas.
- [5] A reflexão em torno da abertura de possibilidades historiográficas em torno da História Política pode ser encontrada, por exemplo, no debate pontuado por Pierre Rosanvallon e René Remond.
- [6] As traduções do espanhol são de nossa responsabilidade. Somente os documentos referentes à *Revista Sur* constam no original em espanhol.
- [7] Essa interpretação, refletida na obra de Germani e de muitos outros intérpretes da América Latina, atribuem às décadas de 1930 e 1940 uma tal conjuntura social, política e econômica que fertiliza, na sociedade civil, a tendência de adesão à formas populistas.
- [8] Para uma análise mais detalhada a respeito do fortalecimento das tendências nacionalistas na Argentina a partir da década de 1910, é possível consultar a obra de José Luis Bendicho Beired.
- [9] No total, entre 1857 e 1914 chegaram 3.300.000 imigrantes pelo porto de Buenos Aires, número proporcionalmente superior à imigração norte-americana.
- [10] SABATO, Jorge. *La Clase Dominante em la Argentina Moderna: Formación y Características*. Ed. Imago Mundi. Buenos Aires, 1991.
- [11] Simmel, expoente no diagnóstico da “tragédia da cultura”, efetua uma divisão entre cultura subjetiva e cultura objetiva. A preponderância da cultura objetiva, instrumental, na modernidade levaria à uma contradição fundamental entre vida e forma. Segundo a interpretação de Villegas da obra de Simmel: “el sistema de fines em la modernidad se há complicado tanto que há desaparecido el significado de la vida” (VILLEGAS : 1998:156). Nesse sentido, Simmel propõe a “saída interna”, considerando que o foro íntimo pode continuar se desenvolvendo livremente, e é único capaz de tal proeza, diante dos totalitarismos e da cultura de massa. Essa confiança na “vontade de humanidade” de uma elite voltada para o ato estético ganhou eco em inúmeras correntes e propostas culturais ao longo do século XX.
- [12] Convencionalmente interpretada como o reduto do estrutural-funcionalismo, utilizamos aqui a denominação “Escola de Chicago” para designar aquela perspectiva focada no entendimento dos problemas urbanos modernos a partir de análises demográficas e dedutivas. Nesse sentido é possível consultar a obra de referência de Hans Joas.

Referencias

- ADORNO, T. E HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.
- AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (orgs) *Pensar o Século XX – Problemas Políticos e História Nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Intérpretes*. Zahar. Rio de Janeiro, 2010.
- BEIRED, Jose Luis Bendicho. *A Grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina*. 2001. Acessado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300003 17 de setembro de 2008.
- _____. *Autoritarismo e Nacionalismo: O Campo Intelectual da Nova Direita no Brasil e na Argentina*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo. Brasiliense, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo. Cia das Letras, 2002.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1974.
- BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus críticos*. Campinas. Papirus, 1997.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Uma Nación para el Deserto Argentino*. Centro Editorial de América Latina. Buenos Aires, 1982.
- GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa Época de Transição*. São Paulo: Mestre Jou, 1973. HALERBSKY, Sandor. *Sociedade de Massa e conflito político*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo. Loyola, 2007.
- HOPENHAYN, Martin. *Ni apocalípticos ni integrados: aventuras de la Modernidad em America Latina*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 1995.
- JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio. Adorno ou a persistência da dialética*. São Paulo. UNESP / Boitempo, 1997.
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro. Ed. Jr. Zahar, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *La Razón Populista*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2005.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MURMIS, M. E PORTANTIERO, J. C. *Estudos sobre as origens do peronismo*. São Paulo. Brasiliense, 1972.
- NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- PERON, J. D. *A Força é o direito das bestas*. Buenos Aires. Ed. Nacional, 1956.
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1996.
- SABATO, Jorge. *La Clase Dominante em la Argentina Moderna: Formación y Características*. Ed. Imago Mundi. Buenos Aires, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society: 1780 à 1950*. Penguin Books, 1976.
- _____. *Cultura*. 2ed. São Paulo. Paz e Terra, 2000.